

## Ensino Público e Privado: Que Desafios?

Por Maria Rita Vaz

No início deste ano letivo fomos lançado o desafio de refletir sobre o ensino em Portugal no que toca à sua condição de ser Público ou Privado.

Este desafio surge da relevância da temática na época em que nos encontramos. Neste momento assistimos a uma situação bastante problemática, fruto da atual conjuntura político-financeira e da diminuição da taxa de natalidade, que se tem vindo a sentir ao longo dos anos em Portugal. O resultado desta equação é a falta de alunos nas escolas e os cortes nas verbas atribuídas à Educação pelo Estado.

Verificamos, que o ensino público tem turmas excessivamente grandes, falta de professores e assistentes técnicos e/ou operacionais, de condições nas estruturas escolares, de apoios aos alunos mais carenciados, fracos resultados nos exames finais e ausência nos primeiros lugares do ranking escolar. No entanto, tem revelado uma melhor preparação dos alunos no que toca à entrada para o ensino superior.

Por outro lado, o ensino privado, para além de supostamente conferir estatuto social, possui capacidade financeira para manter as estruturas escolares com um bom funcionamento e aspeto, conseguindo assim criar turmas mais pequenas, o que possibilita melhores condições ao nível do ensino-aprendizagem e que, à partida, resulta na obtenção de melhores resultados nos Exames Finais. Será de salientar, que este é o seu principal objetivo. A grande questão que se coloca é que nem

todas as famílias possuem as condições económico-financeiras para usufruir deste serviço, devido aos seus baixos rendimentos. Surge, deste modo, uma “nova versão” de ensino privado. O ensino privado com contrato de associação ou cooperativo, mesmo sendo privado, recebe apoios do Estado. Quando criado, este pretendia assegurar a oferta educativa quando a opção pública mais próxima não conseguia dar resposta. O problema é que com o passar dos anos e a alteração do quadro económico-social português encontramos agora condicionados pela, já referida, falta de alunos e de recursos, tanto monetários como humanos. O que significa que atualmente este tipo de oferta colide com a oferta pública, já não se justificando a sua existência na maioria do país, salvo raras exceções.

Conhecendo agora os evidentes prós e contras da existência desta situação será que devemos deixar que isso afete o verdadeiro objetivo da Educação? Nos impeça de tornar os nossos sonhos realidade? Para quê continuar a reforçar as diferenças entre os dois? O estatuto social não é a condição necessária e suficiente para uma vida estável. Para alcançar esse tipo de vida é necessária instrução e aquisição de diversas competências criadas durante todo o nosso processo de socialização, ou seja, o desenvolvimento do nosso ser, que acaba por maioritariamente acontecer



3ª Comissão – Circulo eleitoral de Coimbra

no decorrer do percurso escolar.

O derradeiro desafio chegou no dia 25 de maio, após meses de trabalho de investigação e preparação da temática pelos alunos e professores envolvidos no projeto. Vindos de todo o país, e do exterior, os vários círculos eleitorais, após a ansiada e, para muitos, longa viagem chegaram a Lisboa, ao Palácio de S. Bento para serem por dois dias verdadeiros deputados e jornalistas. O objetivo deste projeto é o debate e partilha de opiniões entre todos acerca da questão em discussão.

Durante os comícios foram debatidos na generalidade os projetos de forma a chegarem numa primeira fase, a um projeto base. Durante os debates as opiniões gerais não se diferenciavam muito umas das outras, pois muitos dos pontos das propostas iniciais eram relativamente semelhantes, com ideias em comum. Foi também bastante interessante perceber como o ensino em Portugal é visto por quem está fora do país. Segundo as deputadas representantes do círculo eleitoral da Europa, os desafios que se levantam ao ensino português são dotar os alunos de competências que lhes permitam uma mais fácil integração no mercado de trabalho e criar formas de garantir a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Creem que Portugal tem um sistema de ensino prisioneiro de um modelo concebido para uma sociedade que não corresponde à atualidade (um modelo de ensino mais formatado para produzir cidadãos licenciados do que qualificados, com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho – segundo resultados da

OCDE). Revelam-se então consequências desastrosas: aumento do número de emigrantes e desempregados dentro do país. Há que verificar que os países com menor índice de desemprego são os que apostaram numa educação mais vocacional e profissional.

Na 3ª comissão o projeto mais votado e utilizado como base para levar à sessão plenária foi o do círculo eleitoral de Castelo Branco com 20 votos a favor em 32 deputados presentes, ficando em segundo lugar o círculo de Coimbra com 15 votos. O círculo eleitoral de Coimbra ficou maioritariamente representado na 3ª comissão (com 6 deputados presentes), estando também presente na 4ª comissão (apenas com 2 deputados).

Enquanto os nossos jovens deputados estavam nas comissões, os jornalistas e os professores acompanhantes tiveram a oportunidade de realizar uma visita guiada pelo Palácio de S. Bento. Este que nem sempre teve a função que hoje lhe associamos. Em 1598 foi edificado para ser o primeiro Mosteiro Beneditino lisboeta, tendo sido só em 1615 que a ordem se terá instalado no mesmo. O Mosteiro de S. Bento da Saúde veio concretizar as novas práticas religiosas resultantes do Concílio de Trento (1545-1563). Porém, só após o período da Revolução Liberal Portuguesa é que o edifício passa a ter funções estatais. Com a ordem de extinção dos conventos, mosteiros, colégios e hospícios das ordens religiosas e incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, feita por Joaquim



Início da sessão plenária

António de Aguiar, é que o Estado se apodera do edifício e o torna no Palácio das Cortes, por outras palavras, o Parlamento. De resto, as maiores alterações ao edifício acontecem entre os anos 40-50, do século XX, de forma a enquadrar-se na nova estética do Estado Novo.

No final dos trabalhos, ou seja, dos longos debates nos Comícios, fomos recompensados por um magnífico momento cultural realizado na Sala do Senado.

Um contador de histórias, vindo de Beja, Jorge Serafim, veio presentear-nos com os seus contos do “mundo” e a sua visão humorística do atual jovem português. Reforçou o verdadeiro alcance das palavras, que nos é repetido, inúmeras vezes, durante as aulas e que ignoramos como se nada de importante se tratasse. Realçou alguns hábitos juvenis, que se revelam prejudiciais à comunicação humana e interação social. Afirmou em jeito humorístico que hoje apenas falamos a “língua do polegar”. Segundo ele, abreviamos cada vez mais os nossos sentimentos (basta apenas um simples “Ya” para nos expressarmos?); falta-nos “aquilo que nos distingue dos todos os

animais”: a competência linguística. Pois é esta que nos permite não ir nas “cantigas” do mundo da imagem e da publicidade, onde somos padronizados e facilmente corrompíveis com o trabalho da redundância, que diminui a nossa capacidade de pensar. Alertou-nos para todas estas situações que no quotidiano aceitamos acriticamente.

No segundo dia de trabalhos, dia 26, numa sessão especial comemorativa dos 20 anos de Parlamento dos Jovens, todos estavam prontos para desempenhar os seus papéis. Iniciou-se a sessão com um vídeo comemorativo dos 20 anos deste projeto. Projeto fundado em 1995, por Julieta Sampaio, na tentativa de aproximar e suscitar interesse às futuras gerações portuguesas pela Assembleia da República, assim como esclarecer possíveis dúvidas sobre a vida política. No vídeo, a fundadora declara que o Parlamento dos Jovens “abriu um espaço para os jovens terem voz ativa e respeitada”.



Diogo Capelo e Carolina Seco, deputados do círculo de Coimbra e alunos da Escola Secundária José Falcão

o previsto. Após o momento de perguntas preparadas no dia anterior para os presentes deputados da Assembleia da República passou-se à fase do debate. No final de uma longa

tarde, concluíram-se os trabalhos com a elaboração da Recomendação à Assembleia da República, constituída por 10 medidas. Deste conjunto destacam-se as seguintes:

- Diminuição do número de alunos por turma nas escolas públicas a médio e a longo prazo, permitindo às escolas a adaptação dos espaços letivos, mantendo um sistema equitativo entre os alunos de vários níveis por forma a melhorar o aproveitamento escolar daqueles com mais dificuldades.
- O financiamento do ensino privado só deve ocorrer quando não houver ensino público à disposição dos utentes. Isto é, deve reduzir-se substancialmente o financiamento de colégios privados e semiprivados, canalizando os fundos excedentários resultantes do ajuste do orçamento, visando a melhoria da atual rede de escolas públicas e maior autonomia a nível de recursos materiais, humanos e financeiros.
- Diminuir as desigualdades das escolas privadas em relação às públicas, tornando possível uma correção dos desequilíbrios existentes, nomeadamente aumentando as inspeções surpresa em todas as escolas e criando métodos de acesso ao ensino superior, com entrevistas e avaliação de competências práticas.

Para consultar o resto das medidas basta aceder ao seguinte link: [http://app.parlamento.pt/webjovem2015/documentos/Recomendacao\\_SessoaNacional\\_SEC2015\\_Final.pdf](http://app.parlamento.pt/webjovem2015/documentos/Recomendacao_SessoaNacional_SEC2015_Final.pdf)

No encerramento da sessão plenária cantou-se o Hino Nacional. Posteriormente foram cantados os Parabéns ao projeto Parlamento dos Jovens, com direito a bolo.



Elementos da mesa (Paulo Carlos-Secretário, Mamede Fernandes-Vice-Presidente, Lara Lopes-presidente e Joaquim Nolasco Gil-Secretário, da



Foto de Grupo

Jornalista : Maria Rita Vaz 11<sup>93</sup> da SJF

Professora responsável pelo projecto “Parlamento Jovem” na Escola Secundária José Falcão: